



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

203
27

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL N. 0003359-34.2012.8.17.0730 (313103-7)

AGRAVANTE: MUNICIPIO DE IPOJUCA

ADVOGADO : KARLA PATRÍCIA C. C. DE VASCONCELOS CORREIA

AGRAVADO: JOSÉ UILITON DA SILVA

ADVOGADO : AÉCIO NORDMAN LOPES CAVALCANTE

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DIREITO ÀS HORAS EXTRAORDINARIAMENTE LABORADAS - VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA - AGRAVO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

I - Independente do disposto em lei municipal, deve-se estender os direitos sociais, tais como a indenização pelas horas extras efetivamente laboradas, aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal. Precedentes do STF e do TJPE.

II - O não pagamento de tais verbas implica, em última análise, em verdadeiro enriquecimento sem causa por parte da Administração Pública, violando os princípios constitucionais a dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa.

III - Na espécie, a condenação do Poder Público Municipal decorreu do fato de que o agravado foi contratado para realizar uma carga horária mensal de 120 (cento e vinte) horas mensais, porém, cumpria, em verdade, 180 (cento e oitenta) horas, mediante regime de compensação de 12x36. É forçoso o reconhecimento do dever de indenizar o autor, ora agravado, nas verbas devidas a título de horas extras, porquanto a Edilidade não comprovou a carga horária que o recorrido deveria cumprir, ou, até mesmo, oportunamente o pagamento das horas laboradas de forma extraordinária.

IV - Agravo Legal desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal em Apelação Cível, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 8 de outubro de 2013.

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

924
V

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL N. 0003359-34.2012.8.17.0730 (313103-7)

AGRAVANTE	: MUNICIPIO DE IPOJUCA
ADVOGADO	: KARLA PATRÍCIA C. C. DE VASCONCELOS CORREIA
AGRAVADO	: JOSÉ UILITON DA SILVA
ADVOGADO	: AÉCIO NORDMAN LOPES CAVALCANTE
RELATOR	: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de agravo legal manejado pelo Município de Ipojuca em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso de apelação de nº 313103-7.

2. Em sua exordial, informa o autor, ora agravado, que foi contratado pelo Município de Ipojuca, em 01.08.2006, para exercer a função de guarda municipal, mediante contrato temporário por excepcional interesse público.

Afirma ainda que labora em jornada mensal de trabalho de 180 (cento e oitenta) horas, na escala 12x36, o que extrapola a jornada de 120 (cento e vinte) horas mensais fixada na Lei Municipal 1.439/2006. Não obstante isso, defende que a Municipalidade não pagou todas as horas extraordinariamente laboradas.

3. Interposto o recurso de apelação contra a sentença que julgou parcialmente procedentes o pleito autoral, esta relatoria, por decisão unipessoal, negou seguimento a tal recurso, por estar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do c. STJ e deste e. TJPE.

4. Irresignado, o Município de Ipojuca ingressou com o presente agravo legal, onde, em apertada síntese, aduz que a legislação municipal aplicável ao caso admite o regime de compensação 12x36 e não prevê o pagamento de horas extras aos contratados temporariamente.

Forte em suas razões recursais, pugna a Municipalidade pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Recife, 08 de OUTUBRO de 2013.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

225 ✓



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

206
20

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL N. 0003359-34.2012.8.17.0730 (313103-7)

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE IPOJUCA
ADVOGADO : KARLA PATRÍCIA C. C. DE VASCONCELOS CORREIA
AGRAVADO : JOSÉ UILITON DA SILVA
ADVOGADO : AÉCIO NORDMAN LOPES CAVALCANTE
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos e fundamentos.

2. Transcrevo o teor do *decisum* vergastado, com vistas a permitir uma exata compreensão da matéria debatida no presente recurso.

Vistos e examinados etc.

1. Trata-se de recurso de Apelação interposto em combate à sentença proferida, nos autos da ação de cobrança nº 0003359-34.2012.8.17.0730, pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ipojuca.

2. Em sua exordial, informa o autor, ora apelado, que foi contratado pelo Município de Ipojuca, em 01.08.2006, para exercer a função de guarda municipal, mediante contrato temporário por excepcional interesse público, o qual foi sucessivamente renovado até 10.05.2011.

Afirma ainda o autor que seu contrato de trabalho previa uma carga horária de 120 (cento e vinte) horas mensais. Entretanto, a jornada mensal de trabalho que cumpria era de 180 (cento e oitenta) horas, na escala 12x36. Não obstante isso, defende que a Municipalidade não pagou todas as horas extraordinariamente laboradas, razão pela qual ajuíza a presente ação.

3. Às fls. 159/159v, foi proferida sentença, cujo trecho dispositivo, abaixo se transcreve:

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO formulado na inicial pela parte Autora para condenar o Município do Ipojuca a indenizá-lo pelas horas extraordinárias às contratadas (conforme anotação na folha de ponto), descontadas indenizações pagas administrativamente, valores acrescidos de correção monetária e juros de 0,5% ao mês contados da



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

JJ
d

citação. Condeno o Réu no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, tudo a ser apurado em liquidação.

4. Irresignado, interpôs o Município de Ipojuca o presente recurso de Apelação, onde, em apertada síntese, sustenta que a legislação municipal aplicável ao caso admite o regime de compensação 12x36 e não prevê o pagamento de horas extras aos contratados temporariamente.

5. Contrarrazões apresentadas às fls. 179/184.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

6. Conforme relatado, trata-se de ação de cobrança de verbas decorrentes do vínculo jurídico-administrativo temporário entre o autor e o Município apelante.

7. Por meio de uma atenta observação dos autos, conclui-se que o autor/apelado foi contratado pelo Município de Ipojuca para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, desempenhando a função de guarda municipal de 01.08.2006 a 10.05.2011.

8. Consoante assente entendimento jurisprudencial, independente do disposto na lei municipal que regula o regime jurídico, é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Neste sentido, colaciono os seguintes precedentes do eg. Supremo Tribunal Federal:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO. EXTENSÃO AO SERVIDOR CONTRATADO TEMPORARIAMENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. *Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os servidores contratados em caráter temporário têm direito à extensão de direitos sociais constantes do art. 7º do Magno Texto, nos moldes do inciso IX do art. 37 da Carta Magna.*

2. *Agravo regimental desprovido.*

(STF, ARE-AgR 663.104, rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 19.3.2012).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. DIREITOS SOCIAIS. DÉCIMO TERCEIRO E TERÇO DE FÉRIAS. APLICABILIDADE A CONTRATOS TEMPORÁRIOS SUCESSIVAMENTE

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

PRORROGADOS. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(STF, ARE-AgR 649.393, rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 14.12.2011).

CONSTITUCIONAL. LICENÇA-MATERNIDADE. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. SUCESSIVAS CONTRATAÇÕES. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ART. 7º, XVIII DA CONSTITUIÇÃO. ART. 10, II, b do ADCT. RECURSO DESPROVIDO. A empregada sob regime de contratação temporária tem direito à licença-maternidade, nos termos do art. 7º, XVIII da Constituição e do art. 10, II, b do ADCT, especialmente quando celebra sucessivos contratos temporários com o mesmo empregador. Recurso a que se nega provimento. (STF, RE 287.905, rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 30.6.2006).

De acordo com os arrestos supracitados, esta eg. Corte de Justiça também vem reconhecendo aos contratados temporariamente pela Administração Pública o direito à percepção dos valores referentes às horas extraordinariamente laboradas.

Assim, observem-se os seguintes julgados:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. MÉRITO: DIREITO DO TRABALHADOR CONTRATADO À PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS (HORAS EXTRAS). REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO.

1. Em linha de princípio, anotou-se que os servidores contratados mediante contrato administrativo de trabalho temporário por excepcional interesse público fazem jus à percepção de "horas extras", segundo os parâmetros fixados nos seus respectivos contratos de trabalho.

(...)

4. O art. 39, § 2º, da Constituição Federal, por seu turno, dispõe que o inciso XVI do art. 7º aplica-se aos servidores públicos.

5. Na sequência, a Constituição da República estabelece, em seu art. 7º, inciso XVI, que "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal".

6. Nesse panorama, percebe-se que o Município, ao aplicar o § 2º do art. 39, da Constituição Federal, passou a ter previsão normativa para o pagamento das horas pleiteadas.

(...)

11. Consoante a regra encartada no art. 333, II, CPC, cabia ao Município contratante apresentar prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito reclamado pela parte autora, qual seja, nesta última hipótese, o efetivo pagamento dos valores pleiteados a título horas extras.

12. Nesse quadro, resta evidenciada a prestação de serviços em jornada extraordinária, pelo que é de ser mantida a sentença a quo.

(...)

JJP

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

14. *Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.*
(TJPE, AC 0280726-7, rel. Des. Francisco Bandeira Mello, 2ª Câmara de Direito Público, Julgado em 13.09.2012).

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. OBSERVÂNCIA À LEI ESTADUAL Nº 6.123/68. HORAS EXTRAS DEVIDAS. REEXAME NECESSÁRIO. PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. *O apelo não preencheu o requisito temporal.*
2. *Consoante preceitua o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, adotado pelo Município apelante, a carga horária mensal dos servidores possui um limite de 120 (cento e vinte) horas.*
3. *Os ora apelados laboram num regime de escala 12x36 (doze horas por trinta e seis horas), trabalhando, nos meses com 30 (dias) dias, 180 (cento e oitenta) horas mensais, excedendo em 60 (sessenta) horas o limite legal, e, nos meses com 31 (trinta e um) dias, trabalham 192 (cento e noventa e duas) horas, totalizando 72 (setenta e duas) horas extras.*
4. *Os apelados fazem jus às horas extras efetivamente laboradas e suas respectivas repercussões devidas.*
- (...)
6. *Reexame necessário parcialmente provido, para excluir a condenação do Município em custas processuais, prejudicado o apelo.*

7. *Decisão por maioria de votos.*

(TJPE, APELREEX 0276743-9, rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 2ª Câmara de Direito Público, Julgado em 09.08.2012).

Desta feita, cumprindo jornada superior à pactuada inicialmente no contratato de trabalho, deve-se reconhecer ao servidor temporário o direito ao recebimento de valores referentes às horas extras.

9. *In casu*, defende o autor/apelado ter sido contratado para cumprir uma jornada de trabalho mensal de 120 (cento e vinte) horas; no entanto, cumpria, em verdade, 180 (cento e oitenta) horas, mediante regime de compensação 12x36.

Deve-se ressaltar, posto que oportuno, que competia à Municipalidade trazer a juízo o contrato administrativo responsável pela contratação do autor, comprovando a carga horária que este deveria cumprir, ou, até mesmo, demonstrar oportunamente o pagamento das horas laboradas de forma extraordinária.

Entretanto, isso não foi feito pela Administração Municipal, a qual limitou-se a documentar, no presente feito, as folhas do livro de ponto do autor/apelado (cf. fls. 52/54) - que, de fato, demonstram que, em alguns meses, a jornada mensal cumprida por este era superior à supostamente contratada - e fichas financeiras do mesmo (cf. fls. 46/51) - que comprovam apenas a realização de pagamentos esporádicos das horas extras.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

230
W

Assim, pode-se concluir que o Município de Ipojuca não se desincumbiu da obrigação estabelecida pelo art. 333, inciso II, do Código de Ritos, no sentido de que compete ao réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor.

Em relação ao ônus probante, colaciono o seguinte julgado desta eg. Corte Estadual:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. VERBAS SALARIAIS ATRASADAS. ÔNUS DA PROVA DOS FATOS MODIFICATIVOS, EXTINTIVOS E IMPEDITIVOS DO DIREITO É DO RÉU, NOS TERMOS DO ART. 333, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DO ADIMPLEMENTO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1-Trata-se de verba alimentar cuja satisfação não pode ficar a mercê do beneplácito do administrador público, cabendo ao Município, apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados a fim de se desincumbir da obrigação, nos termos do art. 333, II do CPC.

(...)

(TJPE, RA 0254874-5/01, rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, 2ª Câmara de Direito Público, Julgado em 10.05.2012).

10. Em razão do exposto, forçoso reconhecer a obrigação do Município de Ipojuca de pagar ao autor/apelado as verbas devidas a título de horas extras.

Advirta-se que o não pagamento de tais verbas importa, em última análise, em verdadeira afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, da vedação ao enriquecimento ilícito e da moralidade administrativa.

11. Posto isso, e considerando a jurisprudência consolidada do eg. Supremo Tribunal Federal e desta col. Corte de Justiça, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso de Apelação, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Ritos.

Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao juízo de origem com as cautelas de estilo.

Recife, 29 de agosto de 2013.
Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada

3. Nessa contextura, percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

31/10

4. Insta ressaltar que, consoante se deduz do inteiro teor da decisão recorrida supratranscrita, em nenhum momento foi negada vigência a legislação municipal, como quer fazer crer o agravante.

Com efeito, a condenação do Poder Público Municipal decorreu do fato de que o agravado foi contratado para realizar uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais (v. cláusula IV do contrato entabulado entre as partes, acostado às fls. 71/74), porém, as folhas de ponto acostadas aos autos dão conta de que este labora no regime de 12x36 (fls. 125/147), fato este incontroverso, sendo forçoso reconhecimento de seu dever de indenizar o autor, ora agravado, nas verbas devidas a título de horas extras.

5. Nesse ser assim, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

6. Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente agravo legal, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.

É como voto.

Recife, 8 de OUT. de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator